

A ciência do capital e o seu ensino: uma aproximação à “ausência” dos negros nas monografias do Instituto de Economia da UFRJ (2008-2015)

Patrick Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal subsidiar o debate sobre a “ausência” (ou o seu papel mistificado) dos negros nas monografias do Instituto de Economia da UFRJ, no período de 2008 até 2015. Há dois objetivos específicos: i) evidenciar como há uma pobreza na diversidade de pesquisas, pelo menos no período verificado, e como ii) as pesquisas realizadas não ultrapassam o “espectro furtadiano”, a saber: a insistência de pensar historicamente o papel do negro em termos de mão de obra, como simples apêndice laboral do sistema colonial (“fator de produção”). Assim, a título de uma primeira aproximação, concluímos que a “ciência do capital” – a Economia – situa um ensino – expresso, como tendência, empiricamente nas monografias – que é condizente com sua imagem de mundo (sua ontologia).

Palavras-chave: Economia. Monografias. Instituto de Economia. Educação. Racismo.

Introdução (ou: contra o instrumentalismo na ciência e na educação)

Lênin [...] disse que o marxismo é caracterizado, por um lado, pela capacidade de representar a sociedade de maneira mais objetiva do que a ciência burguesa e, por outro, pelo fato de que, mediante essa objetividade, ele chega ao mesmo a uma tomada de posição. [...] A postura segundo a qual – dito abertamente – devemos odiar em nossa história o que deve ser odiado (Lukács, 2020a, p. 73).

Os estudos sobre educação na ciência econômica são relativamente raros². Se matutarmos em termos estritos da educação, pode-se dizer que não existe uma real sistematização crítica. Talvez, num simplismo não simplório, podemos advertir que isso ocorre pela pouquíssima – ou mesmo inexistente – preocupação dos economistas com método e filosofia da ciência. As esferas do conhecer – ontologia e epistemologia – foram paulatinamente descartadas do rol de inquietações centrais dos economistas.

Não por mero acaso, os cursos tradicionais de metodologia para economistas são baseados na filosofia da ciência tradicional: a tradição (neo)positivista e seus problemas, especialmente por meio

¹ Doutorando em Economia pela UFF. Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA-IE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3352448348885797>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3728-8709>. Email: patrickl007@hotmail.com.

² Se tivéssemos que nomear o economista que mais avançou na delimitação crítica da metodologia na economia e, com isso, aproximou-se do campo do ensino e pesquisa, foi Mario Duayer. Na Universidade de São Paulo, especialmente com a professora Leda Maria Paulani, também houve avanços significativos nesse debate. Todos, e aqui reside o seu real valor científico, dedicaram-se à *crítica aos fundamentos histórico-filosóficos do problema*, e não somente ao teor superficial – epistemológico ou lógico, como querem os “heterodoxos”, por exemplo – da “retórica”. Recentemente, os trabalhos de León (2024) e Sá Barreto (2024) também problematizaram oportunamente duas enormes debilidades na formação dos economistas: o complexo da questão racial e o complexo da questão ecológica. Seja dito que são débeis não apenas por simplesmente não existirem na grade normal da formação estudantil, mas por serem complexos centrais da constituição histórica e presente da realidade social capitalista – i.e., no essencial, o objeto de análise de todos os economistas.

dos filósofos Karl Popper e seus críticos, como Thomas Kuhn, Imre Lakatos ou Paul Feyerabend³. A gênese da ciência econômica como filosofia moral, representada intelectualmente pelo filósofo moral Adam Smith, parece-nos decisivamente subjugada, pelo menos no discurso dominante – ortodoxo ou heterodoxo⁴.

Os valores (i.e., o domínio da ética) e as imagens de mundo (i.e., o domínio da ontologia) não são sequer pensados como problemas constitutivos para essa ciência, porque a dedução axiomática das “leis” gnosiológicas-matematizadas – eis a estrutura positivista na metodologia da ciência para a educação, ainda que implicitamente – não permite que isso seja exposto como uma questão científica, mas de valores, da “metafísica”, compreendida neokantianamente como coisa em-si incognoscível⁵.

Em suma, tratam como meras “*externalidades*” ao empirismo da lógica científica e que, como o *instrumentalismo radical* de Friedman (1966, p. 4) sustentou, consistiriam em “diferenças sobre as quais os homens podem, em última análise, apenas lutar”. Com efeito, retoma-se o *projeto impossível* de expurgo total dos valores na ciência, numa patente pretensão de “neutralidade axiológica”, embora os reconheça como inelimináveis no processo de observação científica.

Podemos ver como, há cerca de meio século, basicamente, os economistas keynesianos, com homeopáticas críticas, acusam os padrões neoclássicos e monetaristas de serem irracionais e infiéis à realidade; acontece que, como eles também não leem, realisticamente, o capitalismo contemporâneo – porque presumem que a “missão social” burguesa é a mesma da década de Keynes e que a “demanda efetiva” ainda irá salvar toda crise capitalista⁶ –, o *instrumentalismo mais agressivo possível*, como é

³ De modo aproximativo, as proposições teóricas de todos esses autores podem ser lidas em Chalmers (1993, p. 63-203).

⁴ A delimitação daquilo que é ortodoxo ou heterodoxo é decisivamente histórica e ideologicamente condizente com toda a constituição de classe da sociedade em questão. No nascimento da economia como ciência, com Adam Smith e David Ricardo, em especial, a Economia Política Clássica se constituía como ortodoxia porque a classe burguesa precisava, em termos teóricos e ideopolíticos, de um substrato ideológico que desse conta de apresentá-la como representante daquilo que socialmente se apresentava como a destituição do sistema feudal (Sá Barreto, 2024, p. 4-5). Nesse sentido, é truismo indicar como a consolidação classista da classe burguesa tornou a Economia Política Clássica uma ciência revolucionária, diante dos representantes teóricos do feudalismo, como o reverendo Thomas Malthus. A partir dessa consolidação, cria-se o momento histórico de conservadorismo teórico e ideopolítico da classe burguesa, interpelando a Economia Política Clássica como um bastião revolucionário desnecessário. Com efeito, perde seu papel de ortodoxia para aquilo que Marx (2017a, p. 84-87) denominou “economia vulgar”, agora a nova – e permanente, no sentido conservador – ortodoxia. Em nosso texto, o importante é perceber como o binômio ortodoxo-heterodoxo carece de uma delimitação histórica e posta em termos de ideologia da classe dominante *versus* posições marginais que rechaçam a tentativa de gerência do capital, como o pensamento marxista. Isso nos leva para outra advertência: mesmo as tradições apreendidas como heterodoxas, como a tradição keynesiana, devem ser, a rigor, lidas como parte da ortodoxia, por conter, em si, os traços conservadores da “economia vulgar”, em especial um horizonte teórico e ideopolítico que não supera a imediaticidade daquilo que está efetivamente disposto à consciência na realidade capitalista. Evidentemente, para não entrarmos em contradição lógica, trata-se de uma ortodoxia em paulatina decadência histórica e perda de hegemonia, pelo menos desde o fim do Estado de bem-estar social europeu. No limite, trata-se de apontar como também é uma tradição voltada para a promoção total do capital e a classe que o personifica: a classe capitalista.

⁵ Problema que, grosso modo, aparece especialmente nas ciências da natureza, como uma pretensa neutralidade diante do objeto e das teorias sustentadas. Nas ciências sociais, cumpre observarmos como o positivismo de David Hume (2004, p. 27-28 e 57) já era uma tentativa explícita de reduzir a ciência ao domínio empírico e à imediaticidade da vida cotidiana.

⁶ E, com isso, revelam que querem somente controlar a barbárie e que a sua ontologia, a sua imagem de mundo, é ainda o desenvolvimento capitalista por uma lógica de “técnica correta” (“real”) *versus* “técnica incorreta” (“irreal”).

o neoliberalismo de Friedman, literalmente diz que seus métodos não carecem ser fiéis ao real, mas reprodutores desta: uma atitude confessadamente apologética ao capital.

É uma caricatura instrumentalista na história da ciência, uma vez que, desde as revelações de Galileu e Copérnico, por exemplo, o instrumentalismo surgiu⁷ para dizer que não importa a descoberta da raiz do problema (i.e., trata a verdade objetiva como incognoscível), na medida em que bastaria os cálculos e as hipóteses consistentes para “a coisa acontecer e funcionar”. Diante disso, novamente, a educação é “sabotada” pelo instrumentalismo preditivo, que, hoje, é hegemônico na formação média dos economistas. Afinal, a “matematização das macroeconomias” – *valuation* e macroeconometria – cumpre exatamente o papel lógico⁸ de tornar cada vez mais preditiva a ciência econômica, operando pela sustentação dos pilares ontológicos, como o atomismo social, da teoria marginalista e, no limite, da apologia ao capitalismo⁹.

Em termos do positivismo de Popper, por exemplo, seria como “testar para verificar”; e, nesse sentido, cada vez “melhor” – mais “científico” – caso eficazmente preditivo (Duayer, 2023a, p. 203-205). É disso que se trata o instrumentalismo de Friedman que os keynesianos são inábeis de entender, pois, operando pela retórica normativa (i.e., uma “ética instrumentalista para a ciência”), ainda agem com uma finalidade instrumentalista, embora menos explícita. Ambos querem controlar o capitalismo de si próprio, querem sua “salvação”.

Para nós, aqui, a questão central retorna: mesmo que de maneira tácita, há uma desqualificação interna da ciência e da formação dos economistas, em especial nos termos da ciência ser, de fato, uma forma de conhecimento objetivamente provado. Ao operar de forma instrumentalista, seja normativa ou não, obliteram essa forma de ser do conhecimento científico, apreendendo o mundo apenas através da instrumentalidade técnica possível às relações empiricamente disponíveis à consciência. A questão remonta apenas a) ao poder preditivo ou b) ao poder instrumental, que, como se vê, ambos se reduzem à mesma imagem de mundo (i.e., a ontologia): o desenvolvimento capitalista é o que deve ser seguido, mesmo promovido de maneira explícita, e não há alternativa societária.

Por isso, todas essas sustentações pós-keynesianas não encontram lastro social possível diante das aporias de Friedman e continuam *não superadas* nessa luta de robinsonadas, não à toa entendendo contradições reais do capitalismo contemporâneo como aparentes paradoxos (Sá Barreto, 2024, p. 11 e 15). Assim, continuam na condição de intelectuais apologéticos, porque, dentre outras “promessas”, prometem uma “transição energética” de baixo carbono ou uma equidade salarial voltada para gênero

⁷ Aqui, pela lavra do teólogo alemão Andreas Osiander (Chalmers, 1993, p. 191; Bhaskar, 2008, p. 52, 128 e 140, nota 9).

⁸ Diga-se de passagem: também exclusivamente centrado nos operadores lógicos tradicionais do positivismo: indução e dedução, também atribuídos a Hume (2004, p. 67-68, 74 e 78; Medeiros & Bonente, 2021, p. 82; Chalmers, 1993, p. 42).

⁹ É um truismo dizermos que Keynes não rompe com isso, ainda que tenha tornado “mais maleável” as abstrações não razoáveis de seus professores. A título de menção, para pelo menos denunciar como isso não alterou a posição de defesa absoluta do capitalismo, basta mencionarmos que Keynes era presidente da sociedade eugênica durante todo o nazismo, “ignorando” que ali germinavam contradições próprias do período imperialista.

e raça que, pelo acúmulo da massa científica crítica e pela própria facticidade e reprodução capitalista, sabe-se que é *absolutamente inviável* todas essas promessas (Duayer, Medeiros & Paineira, 2001, p. 745, 747-748 e 769). É uma inviabilidade derivada da constituição social, ecológica e racial do capital e seu metabolismo, determinando – como um campo de possibilidades exequível ou não – a simplória agência voluntarista (“neutra”) através de premissas instrumentalistas de controlabilidade capitalista.

Toda essa digressão era necessária para pavimentarmos o caminho pelo qual iremos sustentar a “ausência” (ou a sua participação mistificada) dos negros nas monografias do Instituto de Economia da UFRJ, embora apenas no período entre 2008 e 2015¹⁰. Para nós, a grande questão é que essa própria ciência, a economia, na medida em que é a ciência que representa a consciência teórica mais decisiva do capitalismo, é socialmente estruturada, na perspectiva ideopolítica, para a renovação e a promoção das relações capitalistas, naturalizando-as (Marx, 2017a, p. 84-87, 229-230 e 491-494; 2011a, p. 105).

Nos *Grundrisse*, Marx (2011a, p. 39) começa o texto destacando a historicidade imanente aos indivíduos produzindo em sociedade e, com efeito, antecipa como Smith e Ricardo operam “ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII”. Nesse ponto específico, idêntica posição é assumida por Marx (2017a, p. 151-152), em *O capital*, ao criticar a absurdidade teórica do atomismo social defendido ontologicamente pela economia política como uma “robinsonada”.

A ilusão do indivíduo isolado e desprendido reside na apologia da particularidade histórica do ser humano no capitalismo¹¹, plasmada equivocadamente como “padrão ontológico” desde a alegoria de Robinson Crusoé (Della Fonte, 2019, p. 355). Ao expressar a naturalização do valor de troca pelos economistas com a naturalização de ler e escrever por um personagem shakespeariano, o presunçoso Dogberry, Marx (2017a, p. 158) explica como a apologia dos economistas opera na mesma lógica do personagem: trata-se do fato de que a naturalização de propriedades sociais só pode incidir mediante argumentos metafísicos (personagem) ou apologéticos (economistas).

Assim, ao citar o papel dos “juizes de paz” como “cortes patrimoniais das classes dominantes” nas disputas salariais, Marx (2017a, p. 497, nota 190, e 677) os nomeia ironicamente de “*Dogberries*”, dizendo que, tal como o personagem de Shakespeare, eles naturalizam as relações sociais capitalistas e, com efeito, sustentam ideológica e politicamente o imediato. Ou seja, trata-se de uma apreciação – e de uma crítica – positiva da dinâmica capitalista: eles entendem o mundo social como inteiramente “exaurido pelas possibilidades já efetivadas como realidade” (Medeiros, 2015, p. 9).

Mesmo antes, na *Miséria da filosofia*, Marx situava com precisão a profundidade disso:

¹⁰ Justificaremos a delimitação temporal na seção seguinte, destinada a expor os problemas metodológicos da pesquisa.

¹¹ Do ponto de vista ético, como complexo de mediação constituinte do ser social, a economia política também construiu uma apologia, especificamente pela teoria utilitarista de Bentham e Mill (Marx & Engels, 2007, p. 399). Inclusive, diante do primeiro, Marx (2017a, p. 684) não mediu palavras: ele seria um “arquifilisteu”, um “oráculo insipidamente pedante e fanfarrão do senso comum burguês do século XIX”. O segundo, no mesmo sentido, seria, para Marx (2017a, p. 86), um expoente do “sincretismo desprovido de espírito” e a “declaração de falência da ‘economia burguesa’”.

Os economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas. [...] Os economistas nos explicam como se produz nas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra (Marx, 2017b, p. 98).

Com efeito, trata-se de dizer que *não é um problema meramente de ensino*, e sim um *problema socialmente constituinte com a economia enquanto ciência do capital*. Como argumentamos, tratam-se de problemas histórico-estruturais com a sua filosofia positivista, que pensa hegemonicamente – e transmite isso para o ensino, naturalmente – pelo instrumentalismo preditivo. A própria concepção de ciência nesses moldes garante uma educação ligada com a reprodução e o desenvolvimento do capital, e não com a crítica aos problemas sociais. Afinal, como vimos com Friedman, trata-se de problemas que “só a luta” pode resolver – i.e., só a luta de classes e a violência. cremos que a ciência *não é* parte externa disso, ao contrário do que sugeriu Friedman.

Ao avesso, a rigor, em termos ontológicos, a educação diz respeito a uma *interatividade social reflexiva* que tem como prisma universal uma *processualidade educativa* que prepara e influencia as pessoas a reagirem a novas alternativas, como uma reprodução não simploriamente formal, mas ativa e historicamente determinada (Lukács, 2013, p. 178 e 294-295). A educação, nesse sentido, também é um complexo que faz parte da totalidade social, com regularidades próprias (i.e., as tendências), e, portanto, só pode ser entendida (dialética e historicamente) num “complexo de complexos” (Lukács, 2013, p. 162).

cremos que esses pressupostos críticos são necessidades teóricas para uma crítica sistemática, empírica ou não, aos problemas da formação dos economistas e sua implícita concepção positivista – e instrumentalista, no limite – de ciência. Ainda assim, trata-se somente de uma primeira aproximação conclusiva, especialmente por não termos compilado todos os anos disponíveis no banco de dados de monografias¹². Com efeito, vale destacarmos que uma crítica radical ao problema precisa abarcar pelo menos três elementos em conjunto: i) a crítica ao teor histórico-ontológico, vinculado com a filosofia e o neopositivismo, coisa que fizemos – relativamente – nesta introdução; ii) crítica ao teor histórico-particular exposto na história de formação de economistas e derivado heurísticamente do teor anterior; iii) crítica ao teor histórico-singular da economia no Brasil e seu ensino, especificamente a derrota do progressismo contestador nos currículos (i.e., na Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas) e nos programas de pós-graduação cada vez mais ligados ao instrumentalismo.

Esse é um trabalho verdadeiramente necessário e extenso, de forma que aqui indicamos apenas a necessidade de fazê-lo num outro momento. Aqui, excluindo – completamente – o último nível de problemas, que é, propriamente, o mais relativo à educação e ao ensino, sustentaremos mais ou menos os princípios necessários para as críticas aos outros dois teores, especificamente através da crítica ao

¹² Justificaremos o motivo disso na próxima seção, destinada aos problemas metodológicos.

i) caráter “ausente” dos problemas raciais e ao ii) “espectro furtadiano” no conteúdo das monografias – apenas as do Instituto de Economia (IE) da UFRJ – em que o problema raciais é problematizado.

1. Advertências metodológicas, problemas e resultados gerais da pesquisa empírica

Não conheço a metade de vocês a metade do que gostaria; e gosto de menos da metade de vocês a metade do que merecem (Tolkien, 2024, p. 75, grifos do autor).

Uma advertência essencial para nosso texto é a delimitação temporal que apresentamos como intervalo da pesquisa empírica realizada nos arquivos monográficos do Instituto de Economia. Antes de entrar nas escolhas metodológicas, devemos apontar como o primeiro material digitalizado e posto para consulta pública no site pertinente¹³ surge em agosto de 2008. Segundo conversas informais com a secretária-chefe da graduação, as monografias anteriores não estão disponíveis digitalmente e ainda não seria possível disponibiliza-las para nossa consulta. Logo, o começo da pesquisa empírica carecia de ser em agosto de 2008.

Esse é um – disponibilidade dos dados empíricos – dos três parâmetros que mobilizaram nossa delimitação temporal. Os outros dois são a introdução de novos professores – e, com eles, novíssimas temáticas – no Instituto de Economia e a pandemia, iniciada em 2020. Respectivamente, observamos como, pelo menos a partir de 2014, ingressaram novos professores com temas inovadores¹⁴.

Se incluíssemos parcialmente essa variável, poderíamos manipular a visão geral do problema. Acreditamos que, para isso não ocorrer, era preciso prolongar a análise para todo o período posterior, pós-2014, ao ingresso desses novos professores. Porém, percebemos que isso entrou em conflito com a questão da disponibilidade de dados empíricos: por uma verificação empírica inicial, os dados foram muito fragmentados a partir de 2020, começo da pandemia. cremos que isso seja pela irregularidade natural nas defesas de monografia, por conta da pandemia.

Nesse sentido, nossa delimitação procurou, em primeiro momento, “limpar o terreno” anterior ao ingresso desses novos professores e ao problema da disponibilidade de dados empíricos no período da pandemia. Em trabalho posterior, poderemos incluir esse período posterior de modo integral, sendo realmente conclusivo se o material empírico estiver disponível de modo não fragmentado. Com efeito, a escolha em parar em 2015 diz respeito à tentativa de dividir no meio o intervalo empírico disponível.

Com isso dito, podemos progredir para outros problemas e escolhas metodológicas. Para uma crítica ao conteúdo das monografias, era preciso colocar parâmetros metodológicos que estipulassem

¹³ Disponível em: <https://l1nq.com/LTNad>. Acesso em: 08 mar. 2025.

¹⁴ Apenas como menção: tratam-se dos professores Margarita Oliveira (pesquisa sobre economia feminista), Jaime León (pesquisa sobre história econômica brasileira e a processualidade relacional entre capitalismo e escravidão), Carla Curty (pesquisa sobre teoria da reprodução social e teoria marxista), Flávio Miranda (pesquisa sobre teoria marxista e crise do ponto de vista de Marx) e Iderley Colombini (pesquisa sobre história econômica, economia política e teoria marxista na perspectiva da chamada Nova Leitura de Marx).

uma divisão sistemática, nos marcos de uma “racionalização hierárquica” que pudesse minimamente nos guiar dentro de certas premissas. Isto é, delimitar de antemão quais os principais objetos/objetivos de pesquisa das monografias ao longo do período, quais os influxos teóricos e quais áreas de pesquisa venceram, do ponto de vista quantitativo, e quais docentes tiveram maior número de orientações.

Em outras palavras, essa advertência metodológica é imprescindível para situar que, contrário ao que o próprio IE estipula como áreas de pesquisa, como poderemos ver abaixo, a pesquisa indicou um caminho diferente, tal como veremos mais adiante. De antemão, é essencial que apontemos como nossa divisão é muito mais recortada do que as gigantescas áreas apresentadas pelo Instituto. A priori, isso não representa mérito nem demérito, mas é importante ressaltar, em termos metodológicos, como a divisão abaixo atrela grandes áreas sem a preocupação metodológica – e isso é algo compreensível, normal a nível de apresentação formal do curso – de indicar as ênfases de cada uma “subárea”.

Eis as cinco divisões oficiais:

DIVISÕES OFICIAIS DO IE
Microeconomia e Economia Industrial
Macroeconomia e Economia Monetária
História Econômica e Economia Brasileira
Economia Política e Desenvolvimento
Métodos Quantitativos

Inicialmente, como será possível de ser apontado, separamos em um sentido muito lógico para com o central da pesquisa acadêmica, o objeto e a sua imagem de mundo, na medida em que o objeto e objetivo da pesquisa constituem o cerne do exercício intelectual num trabalho acadêmico. Acontece que, mesmo que possam ser grandes ideias, nenhuma realização intelectual se estrutura por um vazio teórico-filosófico, por mais que o instrumentalismo preditivo busque sustentar a visão neutra e “pura” da economia diante de outras áreas do conhecimento que estudam a humanidade/sociedade¹⁵.

O que estamos ressaltando aqui, em outros termos, é que nossa divisão, embora situada numa divisão de aspectos normais, do ponto de vista acadêmico, se preocupa em ultrapassar as limitações ideopolíticas e teórico-metodológicas que a economia se aprisionou. Por isso, não é o autor ou seu/sua orientador(a) que nos dirá sua verdade, e sim a própria pesquisa monográfica diante de seu tempo e a partir da tradição teórica a que se filia.

Não é plausível que, por exemplo, mediante a “crise” (e, talvez, devêssemos ter mais cuidado em chamar de crise, pois é passível que interpretem como algo reversível, enquanto *parece* não ser)¹⁶

¹⁵ Divisão que, para Marx, não faz nenhum sentido heurístico, já que a totalidade é um “complexo de complexos”, como vimos com Lukács (2013, p. 162).

¹⁶ Isso envolve delimitações físico-químicas sobre o planeta Terra que excedem nossa envergadura intelectual e o escopo deste artigo. Seja como for, as exigências impostas ao consumo diante das necessidades e expectativas para uma possível transição energética são enormes e carentes de viabilidade na dinâmica capitalista (Sá Barreto, 2014; 2020; 2022). Com

ambiental atual, nos marcos da crise econômica e democrática do capitalismo contemporâneo, uma preocupação em termos monográficos à questão se dê em torno da regulação dos mercados de carbono e se diga, como um dos “salvadores da sociedade” (Marx, 2017a, p. 361), que é uma ética de esquerda, pelo menos se a partir de um prisma metodologicamente realista¹⁷.

Não é imaginável dizer que está vinculada a uma “perspectiva emancipatória” que demonstre, no âmbito teórico-político, as condições históricas, como campo de possibilidade, que a humanidade ainda tem chances – ou não – para se salvar da “crise” ambiental (capitalista). A tragédia já aconteceu, estamos vivenciando a repetição como sua farsa (Marx, 2011b, p. 25). Isso porque, como vimos, ainda perdura a concepção instrumentalista e preditiva, como se vê com a mercantilização do ar.

Assim, nossa inquietação ideopolítica, acompanhada por uma postura metodológica e teórica marxista, organizou a contrapelo uma organização das monografias que, por nosso critério, dá conta de delimitar o *lugar de fato* de cada trabalho, pois busca indicar o que seria o momento preponderante em cada análise¹⁸, que o faz pertencer a determinada área, e qual seria o lastro teórico que subsidia a pesquisa. Assim sendo, grosso modo, a divisão seguiu esse padrão usual de delimitação metodológica:

- a) objeto e objetivos da monografia;
- b) corpo teórico-metodológico e a orientação filosófica – i.e., qual a imagem de mundo, a sua ontologia, que percorre todo o trabalho;
- c) grande área de pesquisa, respeitando relativamente a divisão oficial.

Essa hierarquização foi seguida da inclusão geral das palavras-chave e dos títulos. O uso dos resumos se colocou como inviável, pois i) muitas monografias não escreveram exatamente resumos, mas sim recortavam parte da introdução, não identificando objetivamente o que era o objetivo central, as hipóteses e as conclusões; além disso, ii) outras muitas monografias, quando escreviam um resumo, deixavam abertas as suas motivações teóricas e escondiam, embora não conscientemente, os influxos teórico-metodológicos que guiavam a pesquisa. Assim, nesses dois casos, a única forma metodológica rigorosa de depurar o espaço correto – em relação à área e ao objeto/objetivos de pesquisa – seria se prender especificamente à orientação ou à área de pesquisa em que o próprio autor situa nas palavras-

efeito, trata-se, em termos mais explícitos, de um colapso ambiental que põe em risco a existência da humanidade, pela primeira vez em sua história.

¹⁷ Como situa Sá Barreto (2024, p. 10): “nenhuma estratégia crível de controle das emissões para estabilização da química atmosférica pode passar ao largo de uma imperativa descarbonização do setor [de energia - P.O.]”. Aparentemente com um cinismo paradoxal, a economia se especializa numa subárea – “economia da energia” – para dar conta da promoção da mercantilização do ar (i.e., os mercados de carbono) e projetos de eficiência energética num longuíssimo prazo. Para uma análise acerca da inviabilidade dessa tentativa paulatina de solução ambiental, ver Sá Barreto (2014; 2020, p. 80).

¹⁸ Para Marx (2011a, p. 49), essa categoria diz respeito ao fato de que, entre dois complexos, há um que determina qual será a linha geral de desenvolvimento. Aqui, desenvolvimento num sentido ontológico: diz respeito a todas explicitações e intensificações – intensivas e extensivas – da substância específica de determinada forma de ser (Lukács, 2018, p. 319-321, 328, 346, 348, 367, 376-378 e 417-419; 2013, p. 205, 207 e 253), Bonente (2014, p. 275-279 e 283-284), Medeiros & Bonente (2021, p. 96-100).

chave. Um outro problema, que chega a ser certo truísmo, é a confiabilidade no banco de dados. Ele começa em agosto de 2008 e segue até os dias atuais, em curtos pés de atualização, como já dissemos. Segundo a secretaria do Instituto de Economia, a atualização é rotineira e o que está ali é seguro, mas sem certeza absoluta de que todo o acervo está devidamente catalogado. Diante disso, evidentemente não podemos fazer nada.

Todavia, como alegamos acima, uma análise como a nossa, que se propõe como objetivo uma crítica radical ao conteúdo gerado pelos concluintes do Instituto de Economia, em especial em relação à questão racial, precisava ir além dessa “perspectiva burocrática e formalista”. Ou seja, precisávamos que, metodologicamente, as monografias em si dissessem exatamente quais seus objetos e objetivos, e não a palavra dos autores. O que notamos com isso é que, contrário ao que muitos autoproclamavam, os objetos e objetivos eram “subvertidos” em instrumentos (e/ou eram vistos como “coleção de fatos mortos”)¹⁹ para comprovação de um dogma antecessor. Isso serviu como parâmetro para dividirmos as monografias de maneira mais detalhada do que apresenta oficialmente o Instituto. Isto é, o avanço delimitador seguiu *a partir* do objeto, e não ao contrário. Com efeito, trata-se de um caráter científico de investigação que vai *do ser ao método*: “o *ser* é chamado a parametrar o *conhecer*” (Chasin, 2009, p. 58, grifos do autor).

Entretanto, como a partir daqui entraríamos nos brevíssimos comentários aos resultados gerais que encontramos, cabe antes apresentarmos essa divisão mais detalhada, diferente da oficial, dividida em treze²⁰:

DIVISÃO DETALHADA PROPOSTA
Microeconomia
Economia Ambiental
Macroeconomia
Regulação, Risco e Finanças
<i>Valuation</i>
Crescimento e Integração
Economia da Cultura
Economia Brasileira, Regional e Renda
Setor Público e Política Social
História Econômica e Formação Econômica do Brasil
Economia Política e História do Pensamento Econômico
Metodologia e Filosofia da Ciência
Crítica da Economia Política (Marxismo)

¹⁹ Cf. Marx & Engels (2007, p. 94).

²⁰ Nossa temporalidade restringe áreas novas. Para mencionarmos apenas uma, de crescimento vertiginoso no Instituto: a área (não oficial) de Economia Feminista, desenvolvida pela professora Margarita Olivera. Vale dizer, a título de ênfase, como nos limitamos a propor essas áreas a partir das monografias. Com isso, uma proposição de maior rigor sistemático precisaria incluir o material empírico da pós-graduação e também das pesquisas de docentes. Cremos que, no geral, não haveria uma mudança muito considerável, mas poderiam surgir novas frentes de pesquisa em crescimento. Uma delas, por exemplo, pode vir a ser na discussão ecológica, pois a Economia Ambiental disputa teórica e ideologicamente espaço com a Economia Ecológica e a Economia Marxista (Sá Barreto, 2024, p. 5-8).

Ao nível quantitativo de monografias selecionadas, especificamente no período delimitado de agosto de 2008 até agosto de 2015, temos o seguinte quadro:

TOTAL DE MONOGRAFIAS POR ÁREAS DETALHADAS (08/2008-08/2015)
Microeconomia = 154 monografias
Economia Ambiental = 23 monografias
Macroeconomia = 96 monografias
Regulação, Risco e Finanças = 59 monografias
<i>Valuation</i> = 30 monografias
Crescimento e Integração = 59 monografias
Economia da Cultura = 34 monografias
Economia Brasileira, Regional e Renda = 87 monografias
Setor Público e Política Social = 60 monografias
História Econômica e Formação Econômica do Brasil = 51 monografias
Economia Política e História do Pensamento Econômico = 55 monografias
Metodologia e Filosofia da Ciência = 5 monografias
Crítica da Economia Política (Marxismo) = 4 monografias
Total = 717 monografias

Dito isso, o que queremos sustentar é que, na maioria das monografias, sobretudo as que nós alocamos na área de microeconomia (conglomerado industrial, economia da energia, teoria dos jogos, economia comportamental, concorrência, inovação e política comercial) e macroeconomia (política monetária, política fiscal, política cambial e inflação), o que se realizava de fato era não uma análise, e sim uma comprovação do que seu(sua) orientador(a) – ou, se quisermos ser mais cautelosos e menos pessoais na crítica, tratavam-se de confirmações de postulados vinculados à tradição em que se filiava o trabalho – pensava. Seguramente, essa é uma acusação de caráter generalizadamente forte, mas nos atentamos ao rigor de nosso exame, porque o que vislumbramos nessa crítica é que essas monografias substituíam a análise descomprometida por uma teoria geral (muitas vezes, da renda e do juro, não à toa) que pretendia apenas confirmar os apotegmas ontológicos que serviam como pressupostos desde o início. Nesse sentido, trata-se de uma posição que vai *do método ao ser*, subvertendo a ciência e as análises teóricas em instrumentos de gerência técnico-social.

Como mencionamos, isso é presente na ortodoxia e heterodoxia, se é que podemos tratar nesse binômio, porque, mesmo que implicitamente, buscam uma tentativa de tomar o lugar de propriamente ortodoxo, sob a “visão” de que sua técnica é a melhor para gerenciar o capitalismo, um “poder fatal” da “técnica correta” (Lukács, 2013, p. 170). Ou seja, se a ortodoxia é a *idolatria religiosa-positiva* ao mercado, a heterodoxia (i.e., keynesianos, desenvolvimentistas e kaleckianos) é a *idolatria religiosa-negativa* ao mercado, mas que “não *creem* no mercado, por assim dizer”, sendo um “fundamentalismo mercantil mitigado, negativo” (Duayer, 2023b, p. 188-189, grifos do autor). No limite, com isso, eles reproduzem sempre uma “apologia indireta” ao capitalismo, pois tornam supra-históricos as relações humanamente danosas do capitalismo (Lukács, 2020b, p. 181-182 e 188).

Isto é, o objeto estava subsumido gnosiologicamente aos nexos mentais, que, evidentemente, também partem da realidade, e são lastreados em sua própria objetividade sistemática e concreta. Não há, portanto, nesse tipo de monografia, nenhuma *crítica explanatória* constituída pelo lastro histórico-social do objeto (Edgley, 2022, p. 52 e 55; Bhaskar, 1998, p. 68-71 e 73-77), mas somente reprodução manipulatória para provar uma teoria que era pressuposto teórico-metodológico ideal. Ora, em termos metodológicos realistas²¹, é profundamente anticientífico que a pesquisa seja substituída por nexos prévios a ela própria. Porém, como vimos, trata-se de um elemento constituinte do instrumentalismo.

Um outro caso sistemático disso surge na temática ambiental, pois, em todos os registros, com maior ou menor significância, deparamo-nos com uma ética “de esquerda” e uma imagem de mundo (ontologia, epistemologia etc.) “de direita”, tal como formulou, em 1962, Lukács (2000, p. 17-18). O que isso representa, de forma objetiva, é a constituição instrumentalista em relação ao meio ambiente, de modo ontoepistemologicamente atomista (Sá Barreto, 2024, p. 6-7). No limite, pensam o problema da “crise” ambiental apenas como uma questão gerencial e voluntarista, desconsiderando as estruturas sociais como campo de possibilidades e os parâmetros físico-químicos da problemática.

É precisamente o mesmo local intelectual das pesquisas em relação à cultura. Em absoluto, há uma certa preocupação sistemática em investigar a circulação de mercadorias na esfera da cultura, ao mesmo tempo em que se põe de modo “imparcial” ao caráter humanamente regressivo que representa a mercantilização integral e generalizada da arte e da cultura no modo de produção capitalista. Assim, colocam-se de maneira “neutra” e puramente descritiva, como se ciência dissesse respeito apenas aos elementos reprodutores daquilo disponível à consciência. Naturalmente, a formação dos economistas, em geral, é direcionada ao reducionismo sistemático dos complexos culturais, em especial no terreno estético. Tratam de apartar complexos relacionalmente existentes e destituir relações sociais das suas próprias correlações histórico-dialéticas constituintes, em outros termos.

Na verdade, isso expõe como pensam o mundo dividido em caixinhas; nem sequer conseguem estipular que a temática central dessa área (autoproclamada “Economia da cultura”) é a *desintegração humana* da estética e da cultura como produtos universais da humanidade, respostas e perguntas dos seres humanos diante das grandes questões de seu tempo (Lukács, 2013, p. 303-304). Isto é, “eles não sabem disso, mas o fazem” (Marx, 2017a, p. 149). Tal como nos demais, há uma austera impregnação pós-keynesiana, que, epistemologicamente, vinculada aos preceitos ético-políticos de esquerda (hoje, como mitigadores ou salvadores do meio ambiente etc.), anseia apenas demonstrar quantitativamente os nexos mercantilizados da cultura contemporânea. Desta maneira, não ocorre nenhuma interpelação histórica que exponha as condições sociais antecessoras que constituíram essa efetividade, no recinto explanatório-negativo mencionado (Edgley, 2022, p. 52 e 55; Bhaskar, 1998, p. 68-71 e 73-77).

²¹ Ver, em especial, Bhaskar (2008) e Edgley (2022).

Outro exemplo sistemático dessa postura é em relação a diversas monografias de caráter mais amplo, situadas no curso de economia brasileira. Ao buscar um parâmetro generalizado como resposta uno-sistemática dos problemas estruturais do país, rotacionam a mesmíssima roda em que criticamos a inversão do objeto pelos dogmas teóricos, porque o que aparece, sistematicamente ou relativamente em grandes registros, é uma vinculação (quase que imediata) de grandes complexos como complexos predominantes, sem antes dizer os nexos universais de gênese histórico-social na vinculação mundial. Ou seja, buscam analisar, por exemplo, a história da política monetária, do exercício programático do Estado brasileiro ou os problemas crônicos da desindustrialização sem estipular que esses tópicos são determinações singulares relativas ao desenvolvimento capitalista, numa dinâmica mundial desigual enquanto organismo sociometabólico (Marx, 2017c, p. 873) atrelado ao valor como “operador social” de caráter impessoal (Marx, 2017a, p. 230; 2011a, p. 166; Duayer, 2023c, p. 155).

Em outros termos, não é crível que uma pesquisa se atenha apenas aos termos particulares do desenvolvimento capitalista e já anuncie antecipadamente, a priori, um conjunto de complexos como preponderantes, se nem ao menos conseguiu compreender sua gênese ou o sentido mais geral de seu desenvolvimento – aqui, como vimos, entendido como uma forma ontológica de aumento qualitativo, extensivo e intensivo, de suas tendências internas, como um desenvolvimento do conteúdo específico de uma certa forma histórico-social de ser (Lukács, 2018, p. 319-321, 328, 346, 348, 367, 376-378 e 417-419; 2013, p. 205, 207 e 253; Bonente, 2014, p. 275-279 e 283-284). Por isso, precisa-se entender – e expô-las de modo dialético – as determinações mais gerais, abstratas, para avançar às particulares, já que são relações com maior nível de concretude/determinações (Medeiros & Bonente, 2021, p. 86).

Percebemos que essa postura metodológica inverte a ordem realmente existente e, mesmo que muito mais preocupada com o objeto – a economia brasileira – e seus problemas reais, como a pobreza e a distribuição funcional da renda²², acaba advindo em um erro teórico-metodológico que contamina a perspectiva de totalidade (que é sumariamente posta em “parênteses de Matusalém”; isto é, inexistente na economia) e homogeneiza epistemologicamente a heterogeneidade desigual da realidade social.

Uma informação importante que precisa ser feita, e inclusive é o pretexto pelo qual unificamos os temas aparentemente isolados na ciência econômica, é que a área de economia brasileira não está estreitamente atrelada com a história econômica, muito menos com a formação econômica do Brasil. O que mais unifica a área, em primeiro plano, é o mesmíssimo equívoco, de caráter gnosiológico, que mencionamos antes: um domínio (aqui, relativo) do plano teórico, num sentido puramente dogmático, quase sempre em termos macroeconômicos pós-keynesianos ou, mesmo que em menor medida, com docentes mais à “direita” (e vinculados às teorias novo-clássicas e monetaristas). Em segundo plano,

²² Por isso, diga-se de passagem, delimitamos essa área proposta como “Economia Brasileira, Regional e Renda”.

sendo a maior surpresa – pelo menos para nós – é a presença hegemônica de pesquisas sobre renda e a sua relação sistemática com o desenvolvimento econômico nacional e/ou regional.

Em geral, essa relação de pesquisa aparece sobretudo a partir de vertentes keynesianas, mas também, e estranho seria se não fosse, em análises próximas da “discussão clássica do excedente” – dos “socialistas neoricardianos” – e outras mais preocupadas com a relação da economia brasileira – no sentido usual dos economistas, como agregados macroeconômicos, história da política econômica ou fatos estilizados – com as políticas públicas/sociais diante do Estado.

Quando ponderamos em teorias vinculadas epistemologicamente com um ideário moderno de esquerda, buscamos alertar que, como os estudos sobre desenvolvimento econômico ou os problemas da integração, sempre se observa uma condição ideopolítica horizontal, dentro dos limites formais da democracia burguesa, que garantiria, invariavelmente, embora não escondam as lutas, um progresso, como um valor a ser perseguido. Com efeito, mesmo expondo relações distributivas, operam por meio da tentativa de gerenciar tecnicamente esse problema social.

São beatos de “músicos do futuro” como Proudhon²³. Essa relação surge nos exames de renda e economia brasileira, mas especialmente em relação ao crescimento e ao setor público, ainda que em grandeza distinta. Trata-se, na realidade, de uma posição voluntarista – e aí a analogia com Proudhon – diante da realidade, não entendendo-a como a totalidade de relações contraditórias que independem da nossa consciência e vontade primárias. Ao avesso, são essas tendências, como, por exemplo, a lei geral de acumulação capitalista, que delibram o campo de possibilidades concreto em que as pessoas, no capitalismo, conseguem operar, escolhendo diante de alternativas concretas.

Assim, pensar em termos de integração e desenvolvimento econômico não é nada mais do que estipular, como dogma camuflado, mais desenvolvimento capitalista e, com efeito, menos integração efetiva, já que o capitalismo, em mercado mundial, se estabelece através da desigualdade representada por países, por Estados nacionais, expressando reificadamente a luta pelo mais-valor global.

Por um lado, há um profundo caráter *investigativo*, com o rigor, diante da elaboração analítica presente nas monografias diretamente sobre as políticas sociais ou o setor público, na medida em que, nas limitações imanentes de monografias, conseguem executar uma análise minimamente preocupada com as relações do todo que compõe o objeto (ou seja, a sociedade capitalista), desviando da cegueira positivista. É verdade que, assim como a área de economia brasileira, acabam por tornar protagonista o Estado ou as disputas e resoluções em torno da renda, mas sempre de modo tendencialmente ligado a um conjunto de relações e complexos adicionais.

Inclusive, embora ainda insuficiente, é uma das áreas em que, sobretudo através do ex-docente do IE Marcelo Paixão, desenvolveram-se monografias que, sem hipostasiar a questão racial, incluíram

²³ Referindo-se a um “indivíduo sonhador, utopista” – cf. esclarece, em nota de rodapé, o tradutor Rubens Enderle –, a expressão “músico do futuro” é usada por Marx (2017a, p. 243) no Livro I de *O capital*.

esse problema real e explícito, mesmo que com outros objetos como essenciais, como a desigualdade de renda ou problemas nas políticas de alfabetização.

Por outro lado, ao contrário, há um profundo caráter *utópico* nas pesquisas que aprofundam o tema do crescimento econômico, ainda que, em muitos casos, pensem, e até mesmo escrevam, que o objeto é o desenvolvimento histórico-econômico do país. Vimos como o termo desenvolvimento põe, do ponto de vista ontológico, a reprodução intensiva e extensiva de determinado modo de ser. Assim, um exame do desenvolvimento capitalista, seja em qual país for, precisa analisar essa particularidade, singularidade etc. a partir das leis mais abstratas (i.e., menos determinadas) do capitalismo.

Nesse sentido, não há categoricamente nenhuma análise do desenvolvimento social capitalista – muito menos de história econômica – se permanecer apenas em nome: a observação e “logicização” de parâmetros técnicos da economia nacional, por meio de fatos estilizados, busca apenas reproduzir as relações empíricas disponíveis à consciência. Por isso, não se analisam as leis de funcionamento e suas tendências. Ao contrário, trata-se da mera reprodução da realidade capitalista.

Por essa razão, tivemos como preocupação evitar chamar isso de “desenvolvimento”, mas de crescimento, uma vez que, assim como (as aporias de) Robert Solow, mas epistemologicamente com preocupações proudhonianas, repõe os problemas metodológicos que começamos nossa crítica e toma como preocupação central, nos termos dos problemas macroeconômicos – i.e., os agregados ou fatos estilizados – e da economia brasileira, um dogma teórico-metodológico como coração dos problemas de crescimento e/ou integração. Trata-se da mera gerência do capitalismo, visando acrescentar os seus índices macroeconômicos, sendo uma naturalização dos processos históricos capitalistas, ausentando, do ponto de vista da ética e da política, uma crítica à barreira capitalista ao desenvolvimento humano. Assim, devemos tê-los como partícipes do crescimento e/ou integração capitalistas, mesmo que com preocupações honestas (“proudhonianas”).

Entretanto, serenamente, o pior da prática manipulatória descoberta são os temas que mais se colocam como empresariais do que acadêmicos. E expliquemos que, como pode se pensar, não é de nosso intuito articular que a análise profícua e rigorosa sobre o desenvolvimento de alguma empresa é infrutífera academicamente. Ao avesso, especialmente para os marxistas, é uma cultura intelectual que precisa ser cultivada, na medida em que, se analisada a partir de um rito metodológico que parte da realidade e volta para ela, em sua totalidade, pode indicar tendências particulares de certo período histórico do capitalismo. O estudo da organização industrial, por exemplo, é objeto central para todos os estudiosos do “mundo do trabalho”.

Portanto, aqui não criticamos o interesse em estudar a trajetória de uma empresa em particular. Estamos criticando o fato de que relações sociais são estudadas de maneira empresarial, nas áreas de regulação, risco, métodos quantitativos, *valuation* e mercado financeiro. Por um lado, o mesmíssimo “erro” da área microeconômica é realizado: uma preocupação gnosiológica (exageradamente gritante)

que inverte o objeto pela confirmação tautológica do que já era premissa teórico-metodológica. Sendo assim, em outras palavras, metodologicamente, agem de um modo que prevalece a análise matemática e singular do objeto, a empresa em si. Com isso, i) “analisam” o objeto a partir da história como uma “coleção de fatos mortos” (Marx & Engels, 2007, p. 94) e ii) “confundem” – na verdade, representam, a fetichização da realidade em termos teóricos, como uma necessidade social – a realidade em si com a lógica matemática, como se esta fosse, a priori, a própria realidade em sua diversidade relacional.

Por outro lado, parece-nos que há um *desvio acadêmico* em troca de um “comprometimento” (quase) empresarial, como um serviço de consultoria, ainda que, para os “empresários emocionados”, advertimos que a ausência de conhecimento sobre o capitalismo (ou sobre as suas crises) torna essas “consultorias não pagas” ovos de ouro numa produção de gestações anembrionárias. Não à toa, todas as expectativas e análises macroeconômicas que estipulam não acontecem. Em sua lavra, a economia se torna efetivamente uma pseudociência.

Eles não percebem que a concorrência é um mecanismo que nos coage de maneira fetichizada, impessoal e coisificando relações humanas. É como os sujeitos agem, especialmente os economistas, em seu cotidiano, à revelia de “domínio consciente” – é ela, a concorrência, quem age por trás de nós, equalizando as taxas de lucro, as rendas diferenciais etc. Se toda a produção da riqueza precisa se dar na forma de valor e existe uma obrigação interna, em termos do que é essa forma social, de reproduzir a vida – até biologicamente – pelo consumo do que é socialmente produzido como essa riqueza, é um truísmo, mera tautologia, dizer que a distribuição e a apropriação dessa riqueza estão fora do domínio humano consciente. Somos “coordenados” pela concorrência, pela lógica do valor, embora, por certo, seja o conjunto das ações individuais que, operando como relação social (i.e., relação entre pessoas e sociedade), constitui a própria universalidade da sociedade (Marx, 2011a, p. 205). Nenhum aluno de economia (ou qualquer outra “ciência”) precisa estudar Marx para manobrar o mercado, já que *ele* é quem *nos manipula, nos coage*, ainda que impessoalmente.

Por isso, podemos ser incisivos (e ainda rudes) para dizer que há uma inutilidade dos métodos quantitativos quando conduzidos somente por essa prática manipulatória. Toda a potência humana do uso lógico da matemática envolvida na operação, ao avesso de sua potencialidade, cristaliza-se como uma pletora de estranhamentos²⁴: um descompasso radical entre a potencialidade do uso dessa técnica para o gênero humano, como o planejamento social da produção (Marx, 2014, p. 410-411), diante da

²⁴ O complexo do estranhamento (*Entfremdung*) é estudado por György Lukács no último capítulo do Volume II de sua *Para uma ontologia do ser social*. Em síntese, o problema do estranhamento consiste num fenômeno histórico centrado na personalidade humana, na medida em que – e diante da natureza humana ser um processo dialético e relacional entre indivíduo e gênero humano – se constitui como um descompasso contraditório entre o avanço das capacidades humanas como gênero humano em detrimento das personalidades individuais. O gênero detém uma *potência* na capacidade humana, como multideterminada e progressiva, enquanto – pelos estranhamentos – os indivíduos singulares ganham um sentido contrário, deformado. Aqui, é o caso da matemática manipulatória.

mesquinha e mesmice do indivíduo capitalista que a utiliza para estabelecer critérios e parâmetros empresariais como ciência. Diante desse empobrecimento humano-científico, nenhuma palavra mais.

Em geral, como advertência e resultado problemático de nossa pesquisa empírica, parece-nos que o quadro mais amplo das monografias nesse período (2008-2015) é a mesmice dominante de uma teoria que se vê como heterodoxa, já que vinculada epistemologicamente com um ideário de esquerda. Mas isso não parece ser um problema para o IE, porque a última atualização de currículo estabeleceu menos horas para a disciplina específica para isso (embora esta já seja muito problemática, deslocada dentro dos períodos) – Técnicas de Pesquisa em Economia – e para Metodologia²⁵. Por isso, os termos anticientíficos que percorremos na introdução são validados de modo empírico num período posterior ao que analisamos. Porém, vale dizer que aqui apenas apontamos essa continuidade de modo bastante superficial, sem analisar o material empírico pertinente. Nesse sentido, trata-se de uma tendência que, para nós, caracteriza a produção monográfica no IE durante o período mais recente.

Somente a título de conclusão da seção, devemos indicar, como a relação quantitativa põe, por si, que há uma muito sutil participação da economia política e de história do pensamento econômico, seguidos de uma (quase) invisível contribuição de trabalhos marxistas no período delimitado. É aberto que o nosso corte temporal prejudica a extensão dessa análise, conforme mencionamos em relação ao ingresso de novos professores com novos temas, mas é de se indicar como existe uma disparidade em tela que assusta.

Mesmo que o Instituto de Economia tenha uma herança crítica e politicamente contestadora – pensemos em Maria da Conceição Tavares, por exemplo, mas não somente –, parece-nos que isso não se seguiu à risca, pelo menos não desde agosto de 2008. É evidente, também, que as monografias não podem ser cópias fiéis do Instituto de Economia, então sejamos cautelosos. Aqui, nesse sentido, trata-se mesmo de uma imagem sobre a formação dos economistas nesse local. Entretanto, como buscamos alertar, o problema não é lógico nem epistemológico, mas histórico-ontológico: a economia, enquanto é a *ciência do capital*, resguarda consigo uma “missão social” como representante teórica e ideológica da classe burguesa, de modo que seu ensino é vinculado a essa “missão social”.

Como buscamos evidenciar, não se trata de um voluntarismo, mas de uma coerção social, que personifica a lógica impessoal do valor – aqui, com a pessoalidade da educação. Com efeito, qualquer voluntarismo, aqui, é altamente indesejável. É importante que essa premissa seja respeitada daqui em diante, porque ressalta a “pobreza” de conteúdo teórico-filosófico nas monografias sem incorrer num voluntarismo. Agora, depois desse panorama sobre a pesquisa empírica, podemos detalhar – e criticar,

²⁵ A mudança ocorreu a partir do segundo semestre de 2022 e pode ser sondada neste site: <https://encr.pw/Plidxj>. Acesso em: 13 mar. 2025. A carga horária dessas disciplinas era de 60h, sendo reduzida para 30h. Apenas depois de mobilização interna realizada por professores da área é que o curso de Metodologia retornou para 60h e ainda continua na grade. A disciplina de Técnicas de Pesquisa em Economia teve seu nome alterado para Monografia I, mantendo a redução de 30h.

nos termos do “espectro furtadiano” – como a questão racial é acometida nas monografias do IE no período delimitado (2008-2015).

2. O “espectro furtadiano” como expressão das limitações “críticas”

No caso do negro, nada é parecido. Ele não tem cultura, não tem civilização, nem um “longo passado histórico” (Fanon, 2008, p. 46).

Um dos livros – seguramente – mais lidos na formação dos economistas brasileiros é o clássico *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado²⁶, publicado em 1959. A importância dessa obra é altíssima, especialmente pelo seu caráter sistemático e múltiplo ao percorrer – de modo incrivelmente conciso, diga-se de passagem – séculos de história econômica, comercial, das relações internacionais, crises políticas, escravidão etc. ocorridos no Brasil durante a sua formação socioeconômica e política.

Contudo, ainda que o livro seja um clássico fundamental para a formação de cientistas sociais, e não só de economistas, há um problema-fantasma – um “espectro” – que percorre todos os capítulos subjacentes à obra: um desleixo racista quanto ao papel dos negros na historiografia social, econômica e política do Brasil²⁷. Poder-se-ia argumentar, de modo bastante positivista, que o livro é basicamente voltado para a formação econômica do país, como o próprio Furtado (2007, p. 21) sugere: “o presente livro pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira”.

Entretanto, logo adiante, o intelectual adverte que o conteúdo do livro extrapola o alcance que, em tese, seria apenas para economistas: “embora dirigindo-se a um público mais amplo, o autor teve, de modo especial, em mente, ao preparar o presente trabalho”, indica ainda Furtado (2007, p. 21), “os estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular”. Logo, o próprio autor percebe e indica espontaneamente que o conteúdo de sua obra representa contornos muito mais amplos do que estritamente um livro de ciências econômicas ou história econômica.

Ainda que fosse, o problema gigante seguiria. Um dos grandes clássicos do pensamento social brasileiro, mesmo que ainda muito desconhecido, *Rebeliões da senzala*, de Clóvis Moura²⁸, publicado no mesmo ano de *Formação econômica do Brasil*, situa contundentemente que o lugar dos negros na

²⁶ Celso Furtado (1920-2004), natural da Paraíba, foi um dos mais famosos economistas e intelectuais brasileiros. Furtado teve uma carreira intelectual e profissional marcada pela reflexão cepalina sobre a dependência brasileira, em particular, e o desenvolvimento econômico, em geral. Suas pesquisas tinham como destaque as disparidades estruturais entre os países centrais e periféricos. Foi um dos fundadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e autor de obras clássicas, como *Formação Econômica do Brasil*. A partir da década de 1970, passou a sustentar a “cultura” como um aspecto central para entender o subdesenvolvimento e a construção de alternativas para um desenvolvimento capitalista “independente”. Ele passou a argumentar que o desenvolvimento não poderia ser visto somente sob a “ótica econômica”, mas deveria envolver a valorização das identidades culturais próprias de cada sociedade.

²⁷ A originalidade dessa crítica é de Clóvis Moura (2019, p. 113-114 e 304-305).

²⁸ Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), natural do Piauí, foi um destacado sociólogo e historiador marxista. Moura teve uma carreira intelectual centrada nos estudos sobre a história e o papel dos negros na formação social brasileira. É de sua originalidade a teoria de que o escravizado revoltoso foi um dínamo central na luta de classes entre senhores de escravos e escravizados. Militou durante muitos anos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, depois do racha, aderiu às fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

historiografia brasileira perpassa tudo o que poderíamos vincular como a “cultura nacional”, desde a economia até a política e a subjetividade²⁹. Exatamente em relação à economia, Moura é partícipe da lavra de Furtado ao sustentar que a colônia serviu “para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial” (Moura, 2020, p. 49).

O que os diferencia, no entanto, é que Moura indica como a racionalização subjetiva e objetiva desse processo se deu através dos negros(as) como o substrato para além da mão de obra. Ao contrário da “concepção pacifista” de Furtado (2007, p. 204), Clóvis Moura (2020, p. 391) marca o negro numa radicalidade contraditória, como “fator de dinamização da sociedade” colonial. Em Furtado (2007, p. 204), a radicalidade e o confronto que dinamizaram a colônia dão lugar ao “pacifismo” e ao “ócio”.

Aqui, especificamente, situa-se o *locus* limitador de Furtado: para o autor, de forma correta, a nosso ver, um dos grandes desafios do sistema colonial e da transição para o capitalismo era a charada da mão de obra. Era um assunto vinculado com as longas consequências da peste negra na Europa e a impossibilidade (moral) dos brancos e não-brancos (i.e., de europeus e europeus racializados, como irlandeses)³⁰ se transformarem em trabalhadores para o sistema colonial – e lembremos das tentativas e dos genocídios indígenas (Furtado, 2007, p. 75-76). Porém, é nesse parâmetro inicial correto que os termos furtadiano perdem qualquer senso explanatório diante de premissas racistas e generalizações, no mínimo, historicamente equivocadas.

Furtado é muito rico em indicar a diversidade de mediações nesse processo, especialmente em relação ao Brasil, como esclarece com as crises nos ciclos de mercadorias produzidas para o mercado mundial. Porém, especialmente na segunda metade da Parte Quatro do livro, Furtado é *absolutamente pobre e desconcertantemente racista*³¹, em termos de conteúdo, na exposição das razões que fizeram as classes dominantes renegarem os negros recém-libertos para apostarem na importação europeia – especificamente, é o próprio governo imperial e os imigrantes que financiaram isso. O autor explicita ali uma “certa preferência” – a economicamente lógica – aos imigrantes, já que, segundo sustenta, os

²⁹ Isso é algo que Furtado, em especial nos seus últimos livros, poderia não recusar. Porém, nossa ênfase é na totalmente inversa posição metodológica: em Moura, jamais a “cultura”, seja lá o que se entenda por ela, é extrínseca à economia. Embora Furtado ofereça compreensões mais horizontais na economia, incluindo a “cultura” em suas considerações, essa forma extrínseca de ver complexos sociais é uma permanência no pensamento furtadiano. Apenas a título de menção e demonstração, ver a posição do autor na Assembleia Nacional Constituinte (1987, p. 215).

³⁰ Cf. Furtado (2007, p. 47, 49 e 60).

³¹ Como sugerimos em nota supracitada, a obra de Furtado não pode ser limitada apenas a este livro de 1959. Entretanto, é igualmente limitador e pobre a tentativa de “salvar” o autor exclusivamente por meio de sua recorrente “adição” – e, sim, em aspas, pois é sempre visto em termos extemporâneos e extrínsecos – da “cultura” à economia. No mais, embora não seja nosso objeto, a tese de doutorado de Furtado, publicada em 1948, já expressava, através de Gilberto Freyre, as nuances disso: desde lá, ele usava as noções de “cultura superior” e “cultura inferior”, negando que a tentativa de incluir indígenas na escravidão fracassou apenas pelo “atraso cultural” (Furtado, 2001, p. 125). Contudo, em nenhum momento, lá ou aqui, em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado nega a explicação de relações objetivas pela “adição” de aspectos culturais: “é igualmente verdadeiro que os negros tinham uma tradição de contato com culturas superiores que o índio não conhecia” (Furtado, 2001, p. 125). Com isso, a cultura entra aqui como mero voluntarismo, como se esses problemas objetivos fossem resolvidos por subjetivismos “culturais”. Além disso, como lembramos, a originalidade dessa percepção em relação ao livro de Celso Furtado é de Clóvis Moura (2019, p. 113-114 e 304-305).

negros não teriam uma prioridade aos “estímulos econômicos”, mas ao “ócio” (Furtado, 2007, p. 204-205). De antemão, vemos como o intelectual pensa relações sociais por meio de “preferências”. Sendo assim, pensa o comportamento moral de maneira que aparta a objetividade do mundo de sua dimensão subjetiva (e, portanto, também ética). Uma compreensão social atomista e idealista, com efeito.

Na íntegra, assim indica Furtado:

O homem formado dentro desse sistema colonial está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar³², a idéia [sic] de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio (Furtado, 2007, p. 204).

Com isso, Furtado é explicitamente racista e economicista, pois opera apologeticamente para o desenvolvimento capitalista e despreza a infinidade de mediações existentes na questão racial e, em especial, na transição entre escravismo e trabalho assalariado³³. A concepção neoclássica e rudimentar de “fatores de produção” reifica a relação social escravidão, tornando-a apenas um problema técnico.

Deste modo, ocorre a desistoricização de processos históricos e não indica o que determina a *estrutura desumana* do racismo, porque essa estrutura não é constituída pela ocupação dos indivíduos, mas por relações sociais que emergem casual e causalmente na história. Nesse sentido, precisa-se ver como uma relação social que determina uma certa personificação social (moral, em especial)³⁴.

Como centra a sua imagem de sociedade no atomismo social, a única saída lógica para Furtado é mistificar esse processo histórico em termos declaradamente racistas: “rudimentar desenvolvimento mental”, sucedido do “reduzido desenvolvimento mental” e da “forte preferência pelo ócio” (Furtado, 2007, p. 204). Isso é explícito quando percebemos que a preocupação de Celso Furtado é a utilização máxima da força de trabalho para o “desenvolvimento” (como vimos, trata-se aqui de um valor, como apologia à expansão das relações capitalistas), e não a crítica aos processos de desumanização que a sociedade colonial, como parte da colonização mercantil-capitalista, produziu pelo mercado mundial:

Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo “comprar” o ócio que seguir trabalhando

³² Aqui, precisamos dizer o óbvio diante dessa posição descaradamente racista de Furtado: trata-se de um truísmo o fato de que os africanos escravizados foram apartados de suas famílias. A consideração de Furtado parece desprezar inclusive esse truísmo, considerando como um fato sem história – a “coleção de fatos mortos” (Marx & Engels, 2007, p. 94), como vimos – e destituído de qualquer tipo de correlação, como as táticas ideológicas de divisão familiar, parental etc. Embora isso seja um truísmo que não passe pelo autor, outro também precisa ser evidenciado, mesmo que seja menos evidente: é equivocado, conforme sugere Clóvis Moura (2019, p. 304-305), já que a família que diz Celso Furtado é restrita àquelas que possuíam legalidade religiosa e conformavam uma família nuclear monogâmica e heteronormativa. Ora, aqui vemos o nível de truísmo: é evidente que as uniões afetivas de escravizados não se encaixavam nesse crivo, mesmo depois das libertações pós-Abolição.

³³ Ver, por exemplo, Moura (2019; 2021, p. 25-131).

³⁴ Assim indicou Marx (2011a, p. 205): “ser escravo e ser cidadão são determinações, relações sociais dos seres humanos A e B. O ser humano A enquanto tal não é escravo. É escravo na e pela sociedade”.

quando já tinha o suficiente “para viver”. Dessa forma, uma das consequências [sic] diretas da abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho (Furtado, 2007, p. 204).

Depois, de maneira muito cínica, Furtado praticamente culpabiliza os negros pelo seu descarte e desumanização social e assevera a tese do “pacifismo negro” nas transformações socioeconômicas, culturais, morais e políticas da “nação brasileira”³⁵.

Cabe tão-somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e *entorpecendo o desenvolvimento econômico do país*. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações do país (Furtado, 2007, p. 204, grifos nossos)³⁶.

Ao colocar necessidades entre aspas, precisamos nos perguntar se o racismo de Furtado não o fez pensar que a desumanização de séculos não era motivo suficiente para ter como valores máximos a liberdade (isto é, o ócio). Tal como os trabalhadores europeus expropriados notaram de imediato, o trabalho assalariado não é uma liberdade efetiva. Com isso, mesmo que correto diante de “ócio”, seria apologético ao modo de produção capitalista e sua especificidade salarial. Com efeito, parece-nos que a necessidade *do autor* era apenas com a apologia ao desenvolvimento capitalista. Pôr em ênfase que as necessidades “estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo” situa, embora tacitamente, uma apreensão (neo)clássica entre exploração e valor da força de trabalho.

Em outro ponto, Furtado ainda erra, pela sua vinculação neoclássica, no destaque ao “acúmulo de riqueza”. Esse problema é, no mínimo, excêntrico: Furtado opera durante todo o livro com histórias de genocídios ligados a negros e indígenas, mas também com os trabalhadores europeus expropriados, imigrantes etc. Por isso, chama-nos atenção o fato de que Furtado “não percebeu”, tal como viu Marx, que o decisivo para a gênese e o desenvolvimento capitalista é a violência, a expropriação, o genocídio etc. A acumulação de riqueza *sob a forma de valor* prescinde dessa *violência sistemática e infundável*. A acumulação de riqueza como valores de uso ocorre há milênios e nenhum capitalismo surgiu disso. É apenas na historicidade moderna – que é justamente a que Furtado trabalha – que ocorre sua gênese, mediante a “assim chamada acumulação primitiva”.

Deste modo, há uma racionalização do processo histórico em termos lógicos, todos vinculados com a economia neoclássica e uma leitura “descabida” das “relações raciais” no Brasil diante de uma

³⁵ Devemos também dizer como essa tese era a base ideológica dos escravocratas: a visão racista dos negros como vadios ou mentalmente incapazes para realizar trabalhos complexos foi construída para a dominação ideológica. É tão verdade que, antes da Abolição, há o inverso: os negros eram supostamente feitos para o trabalho manual ou para a reprodução, no caso das mulheres negras (Ianni, 2002, p. 8-10). Como vemos, e conforme ainda sustenta Clóvis Moura (2019, p. 305), Furtado acaba por servir ao escopo ideológico do escravismo racista – que permanece na República e nos dias atuais –, associando-se, na história do pensamento social brasileiro, a eugenistas como Oliveira Vianna. É truismo dizermos como isso opera acriticamente diante da extrema violência racista, de maneira tácita.

³⁶ Entrelinhas, trata-se mesmo de sustentar que isso explicaria o “nível de atraso” da economia brasileira no começo da República. Ou seja, o negro serviu, na lavra de Furtado, como um bode expiatório de toda a nação (Moura, 2019, p. 114).

enorme fortuna de mediações históricas vistas no livro, mas envolta de um irracionalismo desmedido que é colocado em texto pelo racismo como um “argumento” para um amplíssimo processo histórico. A consequência ético-política é o conservadorismo tácito. Aqui, contudo, ressaltamos a consequência teórico-filosófica: a reificação das relações sociais capitalistas e, especialmente, do papel do negro na história econômica e política brasileira – esse é o “espectro furtadiano” que percorreu o conteúdo das monografias que problematizam a questão racial.

Conforme apontamos na introdução desse trabalho, nossa preocupação central é pôr em realce em que patamar está a ausência (ou a sua inclusão mistificada, que ainda é uma ausência), participação e desenvolvimento da questão racial como objeto e temas das monografias defendidas no IE da UFRJ. Nossa conclusão empírica é de que o problema racial aparece exclusivamente em termos furtadianos, mesmo quando não trabalha com o autor. Logo, atua como um verdadeiro “espectro”.

Novamente, a título de clareza, eis a síntese do que encontramos pelas monografias que, ainda que não explicitamente, tratam da questão racial, no período de agosto de 2008 até agosto de 2015:

TOTAL DE MONOGRAFIAS QUE TRABALHAM A QUESTÃO RACIAL
Economia Brasileira, Regional e Renda = 3 monografias
Setor Público e Política Social = 2 monografias
História Econômica e Formação Econômica do Brasil = 3 monografias
Total = 8 monografias ou 1,1% do total de monografias

Dessas oito monografias, seis foram orientadas pelo professor Marcelo Jorge de Paula Paixão, ex-docente do IE, em abril de 2011 (uma), março de 2013 (uma), janeiro de 2014 (duas) e fevereiro de 2015 (duas). Os outros dois escritos foram orientados pelos docentes Leonarda Musumeci e Almir Pita Freitas Filho – já aposentado –, respectivamente, em janeiro de 2009 e fevereiro de 2011. Uma coincidência – que nos parece não ser só acaso – é o fato de todos os três professores terem formação em outra área: Marcelo Paixão concluiu, em 2005, o doutorado em Sociologia, Leonarda Musumeci, em 2021, concluiu o doutorado em Ciências Sociais, e Almir Pita é historiador de formação e também em todos os níveis da pós-graduação (com especialização em História do Brasil, concluído em 1984).

Parece-nos que mais de trezentos e cinquenta anos de escravidão não foram exorbitantemente suficientes para os economistas – e a formação deles no IE – verem que há um personagem teatral de maior importância em seu país: os negros. Contudo, ainda que esses trabalhos constituam-se como o *Lado B da hegemonia*, acreditamos que acabam incorrendo no “espectro furtadiano”.

É preciso dizer, no entanto, que não percebemos casos explícitos de racismo ou coisa do tipo, tal como nitidamente se vê na argumentação de Furtado. Aqui, como problema que põe hipostasia na questão, o diagnóstico volta muito mais para o cerne reificador das relações que se constituem através da história, como relações sociais. Ou seja, trataram, assim como Furtado, mesmo que implicitamente, o negro como apenas mão de obra. O domínio explanatório vinculado a uma perspectiva de totalidade,

como vimos brevemente com a teoria moureana, não é realizado, tornando as monografias refêns de seus próprios enfoques, refêns do “espectro”.

É claro que, como dissemos na introdução, é preciso tomar cuidado para não querer converter monografias de conclusão de curso de graduação em dissertações ou teses. cremos, inclusive, que a aparição de dissertações e teses que tematizem o racismo, pelo menos se seguirmos intuitivamente a pesquisa empírica revelada aqui, deve ser ainda menor. Portanto, de um lado, devemos parabenizar a iniciativa de todas as oito monografias, mesmo que, de outro, sustentar criticamente a posição de que, ainda que sejam monografias com recortes e circunscrições temporais necessários, é preciso expurgar qualquer vinculação reificada das relações raciais, nos termos particulares, e das relações sociais, nos termos universais.

Em outros termos, as relações raciais são relações sociais e todas relações sociais são relações históricas entre pessoas e sociedades historicamente constituídas. Assim, não podemos reproduzir, no ensino ou na sua expressão escrita (as monografias), que negros são somente mão de obra. Não apenas errados na perspectiva histórica – e a tese moureana é o principal substrato crítico para isso –, também operam naturalizando as relações sociais que constituem o capitalismo.

Considerações finais

O problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca (Fanon, 2008, p. 169-170).

Embora sem realizar uma exegese expositiva de cada monografia, demonstramos como existe uma linha em comum que precisa ser expurgada: a naturalização de relações sociais e, com efeito, de relações raciais. A exposição de cada monografia em seus problemas era impossível de ser oferecida na estrutura de um artigo. Trata-se, como mencionamos no fim da introdução, de uma pesquisa maior, de caráter monográfico, desde o ponto de vista empírico – uma ampla gama de dados a serem filtrados conforme nossa metodologia – até o imanente – a necessidade de filtrar no próprio texto os problemas e analisar como são ou não vinculados com outros, mais ou menos profundos teoricamente.

Até aqui, nessa primeira aproximação ao objeto, percebemos que há uma linha contínua, como estamos repetindo, entre i) uma *pobre diversidade* de textos monográficos, aspecto que, a nosso ver, pode ser pensado por vários múltiplos, como a sobrecarga de orientadores, o decréscimo orçamentário do ensino público e o baixo interesses de discentes; e, ainda, entre ii) um “espectro furtadiano” como maneira de analisar o negro como mero participante passivo, mero “fator de produção”, quando muito mão de obra crucial para a formação econômica brasileira, “chancelando” as teses equivocadas sobre a passividade e pequena importância da questão racial na economia, política e cultura nacionais.

Do ponto de vista da educação, queremos apenas indicar como isso deve ser expurgado, sem espaço para apreciação não crítica, não devastadoramente dura. Isto é, trata-se de denunciar qualquer reificação de relações humanas, especialmente de relações de opressão. O ensino deve sustentar, pelo menos numa perspectiva emancipatória, uma universalização da ciência como “patrimônio humano”, conduzindo-se pelo lema do poeta romano Terêncio (e eleito por Marx como o seu lema predileto)³⁷: “nada do que é humano me é estranho”. Se isso não é crível nesta forma social, no capitalismo, parece-nos que esse é o problema fundamental a ser superado coletiva e revolucionariamente.

Referências

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Suplemento 99**. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, jul. 1987. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup99anc20jul1987.pdf#page=215>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. Londres/New York: Routledge, [1975] 2008.

BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences**. 3. ed. Londres/New York: Routledge, [1979] 1998.

BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica. In: **Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 274-286, ago./dez. 2014.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, [1983] 1993.

CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1995] 2009.

EDGLEY, Roy. Razão enquanto dialética: ciência, ciência social e ciência socialista. In: **Revista Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 10, n. 19, p. 44-58, [1976] jul./dez. 2022.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Marx e a literatura em *O capital*. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 347-359, 2019.

DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. In: **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 723-783, out./dez. 2001.

DUAYER, Mario. Dinossauros, micos-leões e teoria econômica. In: DUAYER, Mario. **Teoria social, verdade e transformação social: ensaios de crítica ontológica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023b, [1996] p. 181-198.

DUAYER, Mario. Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental?. In: DUAYER, Mario. **Teoria social, verdade e transformação social: ensaios de crítica ontológica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023a, [2003] p. 199-217.

³⁷ Cf. Netto (2020, p. 633, nota 28).

DUAYER, Mario. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. *In*: DUAYER, Mario. **Teoria social, verdade e transformação social**: ensaios de crítica ontológica. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023c, [2011] p. 155-166.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, [1952] 2008.

FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. *In*: **Essays in positive economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1966. Disponível em: https://www.wiwiss.fu-berlin.de/fachbereich/bwl/pruefungs-steuerlehre/loeffler/Lehre/bachelor/investition/Friedman_the_methology_of_positive_economics.pdf. Acesso em: 31 maio 2024.

FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. 1. ed. São Paulo, Hucitec, [1948] 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, [1748-1751] 2004.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 5-10, jun. 2002.

LÉON, Jaime Ernesto Winter Hughes. Capitalismo e escravidão: uma crítica ao ensino das ciências econômicas no Brasil. *In*: **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 518-540, dez. 2024.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, [1954] 2020b.

LUKÁCS, György. Cinema e cultura húngara: entrevista publicada na revista *Filmkultúra*. *In*: FORTES, Ronaldo Vielmi (org.). **Essenciais são os livros não escritos**: últimas entrevistas (1966-1971). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020a, [10 maio 1968] p. 71-86.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1984] 2018a.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1986] 2013.

LUKÁCS, György. Prefácio. *In*: LUKÁCS, György. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, [1916] 2000, [jul. 1962] p. 7-19.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1845-1846] 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1857-1858] 2011a.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à *Filosofia da miséria*, do Sr. Proudhon. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1847] 2017b.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1867-1890] 2017a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1885] 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017c.

MEDEIROS, João Leonardo; BONENTE, Bianca. Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. *In*: MEDEIROS, João Leonardo; BARRETO, Eduardo Sá (orgs.). **Para que leiam O capital**: interpretações sobre o Livro I. 1. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2021, p. 67-114.

MEDEIROS, João Leonardo. Marx e a crítica da economia política: a negação como fundamento da crítica. *In*: Colóquio Marx e o Marxismo 2015: insurreições, passado e presente, Niterói, ago. 2015. **Anais [...]** Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), ago. 2015, p. 1-17. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2015/AnaisMM2015/mc75/Tc751.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?**. 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, [1977] 2021.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, [1959] 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, [1988] 2019.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SÁ BARRETO, Eduardo. As múltiplas dimensões da exigência imposta à esfera do consumo pela dinâmica do capital: elementos para o debate ambiental. *In*: **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 37, p. 143-168, jan. 2014.

SÁ BARRETO, Eduardo. Crise climática e o *Green New Deal*: uma primeira aproximação crítica. *In*: **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 2, p. 75-91, maio/ago. 2020.

SÁ BARRETO, Eduardo. Fogo brando – um misto de lucidez, crítica incompleta, ilusões e expectativas frustradas. *In*: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 62, p. 142-155, jan./abr. 2022.

SÁ BARRETO, Eduardo. Formação de economistas, déficits e debilidades ecológicas. *In*: **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 1-18, maio/ago. 2024.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. **A sociedade do anel**: o senhor dos anéis: parte 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, [1954] 2024.